

*Consideramos que o estabelecimento de social bridge pode ser um dos novos paradigmas, com as empresas atuando em parceria com organizações não governamentais, instituições de ensino, órgãos governamentais e instituições religiosas.*

**Lourdes Brazil dos Santos Argueta  
Cristiane de Barros Pereira**

# **Social bridge: superando os problemas socioambientais e construindo sociedades sustentáveis**

## *Social bridge: overcoming social-ambiental problems and building sustainable societies*

LOURDES BRAZIL DOS SANTOS ARGUETA\*  
CRISTIANE DE BARROS PEREIRA\*\*

### **Resumo**

Este artigo apresenta reflexões sobre as práticas de responsabilidade social e o quadro de insustentabilidade social brasileira e visa a incentivar a constituição de parcerias entre instituições para o enfrentamento das questões sociais — *social bridge*. Nosso objetivo é contribuir para que tais práticas possam, efetivamente, constituir-se em ferramentas capazes não só de ajudar a superar os problemas socioambientais, como também de construir sociedades sustentáveis. Nesse sentido, alguns dos paradigmas que norteiam essas práticas precisam ser superados, dentre os quais destacamos: atuação na comunidade em que a empresa está localizada, projetos relacionados à formação de mão de obra e geração de renda e atuação individual. Consideramos que o estabelecimento de *social bridge* pode ser um dos novos paradigmas, com as empresas atuando em parceria com organizações não governamentais, instituições de ensino, órgãos governamentais e instituições religiosas.

### **Palavras-chave:**

Responsabilidade social; *Social bridges*; Sustentabilidade.

\* Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – UFRJ; economista da UFF – Pró Reitoria de Extensão; coordenadora de Extensão da Faculdade Batista do Rio de Janeiro. E-mail: brazillourdes@yahoo.com.br

\*\* Mestre em Serviço Social pela PUC; Assistente Social da Associação Civil Quintal da Casa de Ana. E-mail: crisbarpe@bol.com.br

## Abstract

This article presents some insights on social responsibilities practices and the great picture of the Brazilian social reality in order to encourage the formation of partnerships among institutions to face social issues – social bridge. Our objective is to contribute to the aforementioned practices can, effectively, be transformed in tools that are capable of, not only helping to overcome the social-environmental problems, but also, constructing sustainable societies. In this sense, some of those paradigms that guide those practices need to be overcome, amongst which are: action in the community where the business is situated, projects related to labor cost, and individual act. We consider that the establishment of the social bridge might be one of the new paradigms with the businesses in partnership with non-governmental organizations, teaching institutions, governmental bodies and religious institutions.

## Keywords:

Social Responsibility; Social Bridges; Sustainability

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre as práticas de responsabilidade social e o quadro de insustentabilidade social brasileira e visa a incentivar a constituição de parcerias entre instituições para o enfrentamento das questões sociais — *social bridge*. Nosso objetivo é contribuir para que tais práticas possam, efetivamente, constituir-se em ferramentas capazes não só de ajudar a superar os problemas socioambientais, como também de construir sociedades sustentáveis. Consideramos uma sociedade como sendo sustentável tomando como referência os critérios estabelecidos por Sachs (2002), que são: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político nacional e político internacional. Em nossas considerações, tomamos como referência tão somente o critério social, que significa a “existência de um patamar razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa, emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente e igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais” (SACHS, 2002, p. 85).

O conceito de sustentabilidade foi criado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD. Durante cinco anos, essa comissão, composta por 21 países membros da ONU e presidida por Gro Brundtland, pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. As propostas e análises, sistematizadas no relatório Nosso Futuro Comum, partem do pressuposto de que é possível e desejável conciliar crescimento econômico, conservação ambiental e justiça social. Desde então,

## *Sociedade e conhecimento*

a questão principal passou a ser a construção de sociedades sustentáveis, cujas estratégias se encontram na Agenda XXI.<sup>1</sup>

As estratégias estão sistematizadas em dois grupos: o primeiro, de cunho eminentemente econômico, baseado na utilização de novas tecnologias, na realização de acordos internacionais e na certificação ambiental, e o segundo, baseado na participação dos diferentes atores sociais. A responsabilidade social insere-se no segundo grupo.

Esse conceito pode ser entendido como a obrigação de uma determinada empresa de participar do processo de superação dos problemas socioambientais, por meio de suas ações, como mostra a citação de Chiavenato (2004, p. 119):

*Responsabilidade social é o grau de obrigações de uma organização em assumir ações que protejam e melhorem o bem-estar da sociedade à medida que ela procura atingir seus próprios interesses.*

Responsabilidade social é, portanto, a materialização do compromisso que a empresa tem com a promoção da sustentabilidade. O grau de comprometimento é variado e pode ser resumido em seis estágios (a serem detalhados adiante). Em um extremo, aparecem as empresas que não assumem responsabilidades perante a sociedade e não realizam ações em relação ao exercício da cidadania; no outro, estão as empresas que lideram questões de interesse da comunidade e do setor em que atuam, estimulam a participação de seus funcionários em esforços de desenvolvimento social de forma sistemática e possuem mecanismos de avaliação que visam à melhora da atuação da organização no exercício da cidadania e no tratamento de suas responsabilidades públicas. Ao atuarem dessa forma, essas empresas tornam-se parceiras e corresponsáveis pela construção da sustentabilidade.

Por meio da responsabilidade social, as empresas podem tomar parte do processo de promoção do desenvolvimento, como alguns relatos têm mostrado. Nesse sentido, alguns dos paradigmas que norteiam essas práticas precisam ser superados, dentre os quais destacamos: atuação na comunidade em que a empresa está localizada, projetos relacionados à formação de mão de obra e geração de renda e atuação individual. Consideramos que o estabelecimento de *social bridge* pode ser um dos novos paradigmas, com as empresas atuando em parceria com organizações não governamentais, instituições de ensino, órgãos governamentais e instituições religiosas.

---

<sup>1</sup> A Agenda XXI foi organizada durante a Rio 92 e contém 40 capítulos.

## A insustentabilidade social brasileira

A sociedade brasileira é extremamente insustentável, sobretudo do ponto de vista social, o que configura um cenário de pobreza. Nesse cenário, seja no espaço urbano, seja no rural, crianças, adolescentes, jovens, homens e mulheres protagonizam ações de resistência individual e coletiva, continuamente. Apesar da resistência, no entanto, a maior parte continua numa situação de vulnerabilidade, pois a superação exige o emprego de capacidades relacionadas ao exercício da cidadania, cujo processo de obtenção se dá por meio da fruição de bens materiais e imateriais.

O termo vulnerabilidade tem sido abordado sob três enfoques: o primeiro é o enfoque da renda e relaciona pobreza à ausência ou escassez de renda das famílias ou indivíduos, dada pela sua não inserção ou inserção precária no mercado de trabalho. O segundo é o enfoque dos serviços e equipamentos urbanos. Além da renda, considera a falta de acesso ou o acesso precário das famílias e/ou indivíduos a moradia, saúde, educação, saneamento básico, energia elétrica. O terceiro é o enfoque das capacidades, no qual a pobreza é considerada como fracasso das capacidades básicas para alcançar determinados níveis minimamente aceitáveis. A citação seguinte, de Dupas (1999, p. 31), é ilustrativa:

*A pobreza não é uma questão de escassez de bem-estar, senão de incapacidade para conseguir bem-estar, precisamente pela ausência de meios necessários.*

Esse estado de pobreza — que provoca danos psicológicos, perda da autoestima, redução das motivações para trabalhar, desagregação dos laços familiares e da vida social, acentuação das assimetrias de gênero e das tensões raciais, aumento de doenças e morbidade — é resultado não só dos padrões dominantes de produção, acumulação e apropriação da riqueza no país, sobretudo a partir dos anos 90, mas também:

*da combinação e condensação de outras formas de subalternização e apartação social, tais como o modo de inserção ocupacional, o local de moradia, as relações de gênero, as formas de inserção ou alojamento sociopolítico, as relações interraciais e as formas de convívio intergeracionais (SILVA, 2004, p. 106).*

Essa combinação faz com que negros, mulheres, crianças e idosos sejam os mais vulneráveis dentre os vulneráveis e exige medidas de democratização das relações de poder e a afirmação da cidadania.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro, a insustentabilidade é intensa, sobretudo nos “aglomerados de exclusão”, denominação dada por Cassab (2001) aos locais do espaço urbano que não recebem, por parte do

Estado, os investimentos necessários à criação de infraestrutura e instalação de equipamentos urbanos. Tais espaços estão se multiplicando no tecido urbano do estado desde os anos 80, assumindo as mais diversas formas e espraiando-se por entre as cidades de grande, médio e pequeno porte; tal fenômeno configura uma segregação espacial avançada, que atinge os segmentos pobres da população. Esse quadro de segregação espacial e exclusão social decorre do modelo de urbanização praticado no Brasil, como nos mostra a afirmação de Cassab (2001, p. 98):

*A característica mais marcante da urbanização brasileira é seu caráter de não incorporação da pobreza. Os pobres estiveram, durante todo esse processo, segregados nas dinâmicas espaciais constituintes do espaço da cidade, expressando-se também nelas as características mais marcantes do desenvolvimento do capitalismo no país.*

Os aglomerados de exclusão apresentam um déficit considerável em relação aos seguintes serviços e equipamentos urbanos: infraestrutura de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, coleta de lixo e drenagem urbana), educação, saúde, lazer, equipamentos culturais, serviços de segurança e transporte. A falta desses serviços provoca na população uma série de impactos de ordem física, social, cultural, psicológica e ambiental, configurando um quadro de problemas socioambientais que se manifestam no cotidiano de todos, mas, principalmente, das crianças, dos adolescentes e jovens, conforme pode ser visto no quadro a seguir:

**Quadro I - Vulnerabilidades nos espaços de exclusão**

<b>CRIANÇAS</b>	<b>ADOLESCENTES</b>	<b>JOVENS</b>
Comprometimento da saúde física e psicossocial. Frequência irregular à escola Baixo rendimento escolar (repetência e defasagem idade/ série) Trabalho infantil Aliciamento para o tráfico	Abandono da escola Inserção precoce no mercado de trabalho Gravidez precoce Inserção no crime organizado	Baixa escolaridade Falta de qualificação para o mercado de trabalho Extermínio, principalmente dos jovens negros.

Esse quadro de pobreza e vulnerabilidade precisa ser superado, e uma das estratégias pode ser a adoção do conceito de responsabilidade social.

## **Responsabilidade social e construção da sustentabilidade**

O reconhecimento da importância da adoção de práticas de responsabilidade social pelas empresas brasileiras deu-se no decorrer dos anos 80 pela aproximação entre o setor empresarial e os movimentos sociais. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lançou a campanha nacional Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida e conquistou a adesão do Movimento Nacional das Bases Empresariais. Na década de 90, o reconhecimento consolidou-se com a ação de entidades não governamentais, destacando-se o trabalho do IBASE com a disseminação do balanço social e a criação do Instituto ETHOS.

Atualmente, diversas empresas estão adotando o conceito; podem ser identificados seis estágios de ação:

**ESTÁGIO 1:** a organização não assume a responsabilidade perante a sociedade e não realiza ações em relação ao exercício da cidadania. Não há promoção do comportamento ético.

**ESTÁGIO 2:** a organização reconhece os impactos causados por seus produtos, processos e instalações e, por isso, apresenta algumas ações isoladas, no sentido de minimizá-los. Eventualmente busca promover o comportamento ético.

**ESTÁGIO 3:** a organização está iniciando a sistematização de um processo de avaliação dos impactos dos seus produtos, processos e instalações e exerce alguma liderança em questões de interesse da comunidade. Existe envolvimento das pessoas em esforços de desenvolvimento social.

**ESTÁGIO 4:** o processo de avaliação dos impactos dos produtos, processos e instalações está em fase de sistematização. A organização exerce liderança em questões de interesse da comunidade de diversas formas. O envolvimento das pessoas em esforços de desenvolvimento social é frequente. A organização promove o desenvolvimento ético.

**ESTÁGIO 5:** o processo de avaliação de impacto dos produtos, processos e instalações está sistematizado e busca antecipar as questões públicas. A organização lidera questões de interesse da comunidade e do setor. O estímulo à participação das pessoas em esforços de desenvolvimento social é sistemático. Existem formas implementadas de avaliação e melhora da atuação da organização no exercício da cidadania e no tratamento de suas responsabilidades públicas.

A adoção do conceito tem trazido benefícios, tanto para as empresas,

como para o público-alvo. Em relação às empresas, os benefícios, de acordo com informações presentes no Mapa de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, têm sido: maior opção dos consumidores por seus produtos, motivação dos funcionários, atração de novos talentos, valorização de sua marca perante os fornecedores e as comunidades que integra, ampliação de seus mercados, acesso a financiamentos específicos e redução dos riscos ambientais e trabalhistas.

Em relação ao público-alvo, constata-se uma significativa melhora das condições de vida. Ou seja, as ações das empresas contribuem para a superação das vulnerabilidades.

No entanto, para que tais ações possam ajudar na construção da sustentabilidade, algumas mudanças são necessárias no que se refere aos paradigmas que norteiam a prática da responsabilidade social. Essas mudanças são: atuação na comunidade em que a empresa está localizada, projetos relacionados à formação de mão de obra e geração de renda e atuação individual.

A maior parte das empresas realiza projetos nas comunidades em que está localizada. A justificativa dada por elas inclui a necessidade de manter um bom relacionamento com a comunidade, além do fato de muitos dos funcionários residirem nas proximidades.

Esses trabalhos atingem um público expressivo, porém um número ainda mais expressivo de pessoas não são atendidas, pois elas não estão no raio de ação das empresas. Para essas pessoas, a situação se torna mais crítica, considerando-se a distribuição espacial desigual das empresas, ou seja, não há possibilidade de empresas se instalarem nos locais onde elas vivem. Em alguns casos, os próprios funcionários fazem parte dessa população desatendida.

As empresas, em sua grande maioria, enfocam temas relacionados às suas necessidades e cotidiano, como formação de mão de obra e combate à violência, por meio de projetos de geração de emprego e renda. Evidentemente, essas áreas constituem problemas sérios, mas as vulnerabilidades da população, sobretudo das crianças, dos adolescentes e jovens incluem outros problemas que precisam ser contemplados, como acesso à educação, ao lazer, à proteção, dentre outros.

As empresas atuam de forma isolada, sendo poucos os casos em que há parceria. No entanto, há diversas instituições que desenvolvem pequenos projetos, com grande potencial de transformação social, que precisam de parceiros para torná-los mais eficazes.

Vemos assim que os paradigmas vigentes precisam ser superados. Para isso, faz-se necessária “uma reflexão profunda e abrangente sobre o significado da responsabilidade social”. Tal reflexão deve ter como pano



de fundo a realidade social brasileira, sobretudo nos espaços de exclusão que, como foi mostrado na primeira parte deste artigo, apresentam um déficit considerável em relação aos serviços e equipamentos urbanos: infraestrutura de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, coleta de lixo e drenagem urbana), educação, saúde, lazer, equipamentos culturais, serviços de segurança e transporte. Nessa perspectiva, responsabilidade social deverá ser entendida não só como uma forma de minimizar os impactos das atividades sobre os agentes com os quais interage — empregados, fornecedores, consumidores, clientes, colaboradores, investidores, governo, comunidade — como muitas empresas entendem, mas, principalmente, como uma possibilidade de cooperar com a promoção da sustentabilidade nas suas várias dimensões. Nesse cenário de nova percepção é que as *social bridges* podem ser estabelecidas.

Essa estratégia vem sendo utilizada por empresas de diversos países, mas, no Brasil, ainda está restrita a grandes empresas, com raras exceções<sup>2</sup>, e a parceria limita-se ao repasse de recursos financeiros e materiais.

Para o estabelecimento dessas parcerias, as empresas exigem da entidade parceira: credibilidade, valores, atuação na área de combate à pobreza por meio da geração de emprego e renda, envolvimento com a comunidade e autossustentabilidade das ações. Esses aspectos são importantes, porém um outro precisa ser considerado, que é a localização da entidade.

Para nós, as *social bridges* devem ser estabelecidas com instituições localizadas nos aglomerados de exclusão. Tais aglomerados vêm se multiplicando no espaço urbano desde os anos 80, assumindo a forma de favelas e ocupações. Espraiam-se por entre as cidades de grande, médio e pequeno porte, configurando uma segregação espacial avançada, que atinge os segmentos mais pobres da população. Nesses espaços, organizações não governamentais, associações de moradores e instituições religiosas desenvolvem atividades sociais que focalizam alguns dos mais importantes problemas sociais do país, que são: falta de acesso à educação, desnutrição, carência de serviços de saúde, dificuldade de acesso aos serviços jurídicos e problemas psicossociais.

1- Falta de acesso à educação – nessa área, os projetos abordam:

- reforço escolar: essa atividade é voltada para crianças que estão cursando

---

<sup>2</sup> Um dos exemplos é a empresa COFIX, localizada no bairro de Jacarepaguá, município do Rio de Janeiro. Depois de atuar junto aos funcionários com um programa de capacitação, passou a apoiar, em 2007, o Programa CRIANÇARTE, desenvolvido no bairro Colubandê, município de São Gonçalo, RJ. Isso foi possível graças ao estabelecimento de uma parceria com o Centro de Educação Ambiental Gênesis. A experiência tem apresentado resultados positivos, propiciando o atendimento de direitos básicos das crianças, como o direito à educação e ao brincar, ou seja, está contribuindo para a construção da sustentabilidade, sobretudo do ponto de vista social. Outras empresas poderão adotar essa estratégia em suas atividades.

o ensino fundamental e apresentam dificuldades de aprendizagem;

- educação de adultos: consiste em cursos de alfabetização de adultos. Nesses cursos, há um número significativo de mulheres;
- pré-vestibular comunitário: é o curso oferecido para preparar jovens que desejam ingressar no ensino superior.

2- Desnutrição – nessa área, a atividade predominante é a distribuição de cestas básicas e o fornecimento de alimento à população em situação de rua.

3- Carência de serviços de saúde – o atendimento consiste na instalação de consultórios para atendimento médico e odontológico, realizado por integrantes da própria entidade ou de uma outra.

4- Dificuldade de acesso aos serviços jurídicos – a atividade básica é o fornecimento de acompanhamento jurídico.

5- Problemas psicossociais – essa área engloba diversas atividades, tais como: visitação a hospitais e presídios, trabalho com população de rua, realização de palestras sobre prevenção contra o uso de drogas, tratamento de dependentes químicos.

Tais ações esbarram em alguns obstáculos, que são a falta de planejamento, de recursos financeiros e de pessoal qualificado. As ações não são realizadas com base em um projeto — em alguns casos há tão somente um esboço — o que dificulta a realização das tarefas e o acesso a financiamento.

Os recursos financeiros, quando existem, são escassos, e o pessoal que atua, geralmente voluntário, não é capacitado para as tarefas. Nesse sentido, consideramos que as *social bridges* não devem tão somente privilegiar o repasse de recursos financeiros ou materiais, mas sobretudo devem oferecer condições para o aperfeiçoamento do pessoal envolvido no que se refere à elaboração e à gestão de projetos.

A aproximação das empresas com as inúmeras iniciativas sociais que são realizadas por homens e mulheres em diversos pontos do território brasileiro pode trazer várias mudanças, sendo a mais importante delas a transformação das referidas ações em projetos sociais. Ao ocorrer essa mudança, podemos esperar transformações na tessitura social.

## Conclusões

O artigo apresentou algumas reflexões sobre as práticas de responsabilidade social e o quadro de insustentabilidade social brasileira, visando a incentivar a constituição de parcerias entre instituições para o enfrentamento das questões sociais — *social bridge*.

As reflexões mostraram que as empresas brasileiras estão adotando o conceito de responsabilidade social, contudo são regidas por paradigmas que limitam o potencial de transformação da realidade social brasileira por meio

das atividades realizadas. Assim, fazem-se necessários novos paradigmas, bem como novas concepções de responsabilidade social. Esse conceito vem sendo ajustado para atender às novas demandas impostas por um mundo globalizado, mas consideramos serem necessários estudos e pesquisas que reconstruam tal conceito à luz da realidade brasileira, na qual um número significativo de pessoas não tem seus direitos básicos atendidos.

Nossas reflexões mostraram também um quadro de insustentabilidade social presente no cenário brasileiro, sobretudo nos espaços de exclusão. Tais espaços têm se multiplicado e não há, pelo menos no curto prazo, iniciativas governamentais que inibam a ampliação desses espaços e o crescimento de sua população.

Se por um lado não há iniciativas governamentais, por outro há iniciativas da sociedade civil que buscam equacionar os problemas relacionados à educação, à saúde, à nutrição, além de outros. São pequenas ações portadoras de potencial de transformação, mas que carecem de planejamento, recursos financeiros e recursos humanos.

A superação dos problemas socioambientais e a construção de sociedades sustentáveis é tarefa urgente. Diversas iniciativas vêm sendo tomadas nesse sentido. Uma delas é a Década da Educação para a Sustentabilidade, (2005-2014), instituída pela Organização das Nações Unidas em 20 de dezembro de 2002. A outra é a Primeira Conferência sobre Educação para a Sustentabilidade, realizada em março de 2009, com a presença de representantes de diversos setores. “Responsabilidade social e parcerias” foi um dos temas da programação.

Portanto, o estabelecimento de *social bridges* deve ser uma estratégia a ser considerada pelas empresas comprometidas com a construção da sustentabilidade em suas várias dimensões, mas, sobretudo, a social.

## Referências

---

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ASHELEY, Patrícia Almeida et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

BELLO, Maria Luiza. Gestão e responsabilidade social. **Revista Bañas Qualidade**. São Paulo, ano XI, n.115, p. 60, dez. 2001.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial**. 2001. Tese (curso de Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

### *Sociedade e conhecimento*

BRAZIL, Lourdes. **Vulnerabilidade e resiliência**: manifestações no espaço urbano e rural. Trabalho produzido para apresentação no seminário sobre pobreza, realizado no Haiti em 2007, pela ActionAid.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro**: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza. Niterói, RJ: Intertexto, 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Boletim da Pesquisa Ação Social das Empresas/IPEA**. Brasília: IPEA, maio 2002.

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira de. **A gestão Integrada e as dimensões da responsabilidade Social**: uma proposta de instrumento de avaliação. 2002. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

NETO, Francisco P. de Melo & FRÓES, Neto. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualimark, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamont, 2002.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira**. Entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.